



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuo Hammarström**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autores(es/as): **GIOVANNI RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação do teor de ferro nas folhas de cinco espécies florestais, como indicador da qualidade do ar (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDÓ, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (**autor(es/as): Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (**autor(es/as): Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (**autor(es/as): Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (**autor(es/as): Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (**autor(es/as): Sigrid de Mendonça Andersen**)

TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (**autor(es/as): Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (**autor(es/as): Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (**autor(es/as): Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Aráoz: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (**autor(es/as): Alan Ripoll Alves**)

DAMATAS NATURAIS AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (**autor(es/as): Brena de Castro Costa**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (**autor(es/as): Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (**autor(es/as): ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (**autor(es/as): RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



Relação Socioambiental no Mundo Contemporâneo

Girolamo Filippo Variola -Fund. Univ. do Vale do Itajaí (vgir78@hotmail.com)

Luiz Arthur K. G. da Conceição – SEED-PR (arthur_conceicao@hotmail.com)

Resumo:

Os desafios são inúmeros quanto a projeções de impacto ambiental nas atividades humanas. Na atual perspectiva é necessário observar de que, se nada mudar, a degradação ambiental se tornará insustentável, quanto ao uso atual do meio ambiente. Sustentabilidade, em sua definição amplamente utilizada, é a característica que deve necessariamente ter um modelo de desenvolvimento baseado numa sociedade auto regulada. As suas dimensões básicas, ou seja institucionais, sociais, econômicas, ambientais, estão presentes na sociedade contemporânea e é necessário revisar as projeções desenvolvimentistas do futuro. O centro do debate é a necessidade de compreender a gênese da ideologia do progresso e do domínio da natureza, como também o comportamento das políticas mundiais sobre as estratégias diplomáticas para proteção do meio ambiente. O principal propósito é demonstrar os resultados das discussões mundiais sobre as questões da sustentabilidade ambiental mundial. O método utilizado para o presente artigo foi método qualitativo de observação participante. Os autores L. Arthur Conceição é bacharel em ciência política, em licenciatura em sociologia e bacharel em direito, possui registro profissional de jornalista MTB 7601. Atualmente é professor de sociologia da rede pública de ensino do Paraná e trabalha na Editora Hora Pública- Revista Bem Público. Girolamo Filippo Variola é bacharel em ciências sociais, professor de italiano e consultor na área socioambiental. Ambos autores publicaram um artigo em parceria no Congresso Internacional de Responsabilidade Socioambiental, sobre meio ambiente com o Título: Desafios Socioambientais – ISSN:2179-2062.

Palavras chave: Desenvolvimento econômico, sustentabilidade, ecodesenvolvimento.

1 Introdução

Os desafios são inúmeros quanto a projeções do impacto ambiental nas atividades humanas. Na atual perspectiva é necessário observar que se nada mudar, a degradação ambiental ficará insustentável, quanto ao uso dos recursos naturais. É necessário compreender o conceito geral de sustentabilidade e as suas características voltado para uma sociedade auto regulada. Nesse sentido, necessita-se revisar as projeções futuras de desenvolvimentista, tendo como centro do debate a compreensão da gênese ideológica diante do progresso e do domínio da natureza.

O retrospecto histórico das políticas públicas territoriais, sociais e econômicas permitem evidenciar como as reações globais se relacionaram ao longo do tempo, entre meio ambiente e a humanidade. Essas por consequência partem de um modelo econômico adotado por grupos organizados com tendência de apropriar-se dos recursos naturais. Isto vale tanto para superpotências mundiais como para os países em desenvolvimento, por meio de grupos corporativos.

Para que haja um maior envolvimento da sociedade civil é necessário assegurar espaços democráticos de participação de setores qualificados – cientistas, políticos,



educadores, artistas, organizações não-governamentais, associações de consumidores, entidades de classe, cooperativas, associações diversas, etc. Pois, vivemos num momento de uma sociedade fraturada em sua comporandade, quanto a proteção global dos recursos naturais. Os seres humanos não são intrinsecamente “bons” nem “maus”, mas são racionais quanto aos gestos construtivos e de generosidade, porém, podem ser egoístas qual passam a fomentar a destruição. No entanto, a sociedade humana só é viável quando o comportamento das pessoas se baseia na ética. Sem ela, não é possível a convivência. E, sem convivência, em vida em comum, não há possibilidade de existência de qualquer sociedade humana, muito menos de uma sociedade saudável.

Com esse entendimento é preciso entender a conceituação dos problemas ambientais, principalmente naquilo que foi proposto na Eco Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano) por 179 países. A principal meta dos chefes de estados era alcançar o desenvolvimento sustentável, isto é, promover justiça social com um meio ambiente mais equilibrado. Para tanto, a **Rio 92/ Agenda 21** conclamou aos países membros da ONU uma ação em conjunto que combinasse crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

Em junho de 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou sua Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 13 a 22 de junho. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da primeira conferência conforme citado acima. A proposta brasileira de sediar a Rio+20 foi aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2009. O objetivo principal da Conferência era renovação dos compromissos políticos com o desenvolvimento sustentável. Essa deveria ter acontecido por meio da avaliação quanto ao progresso e as lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto. Os resultados dessa conferência serão tratados ao final desse artigo.

2 A sustentabilidade é os desafios sociambientais

A noção de sustentabilidade se baseia em declarações e projeções de impacto ambiental das atividades humanas. Na atual perspectiva leva à observação de que, se nada mudar, a degradação ambiental se tornará insustentável quanto ao uso atual dos recursos naturais. A sustentabilidade, em sua definição é amplamente utilizada, principalmente na característica de um modelo ideal de desenvolvimento "que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades" (Relatório Nosso Futuro Comum, 1987, p.29).



Devemos observar que qualquer atividade humana há um impacto sobre o meio ambiente, e que estes impactos evoluíram na sociedade ao longo da história global. No entanto, as interações do conjunto da sociedade, com o meio ambiente, implica mudanças que devem ser persistentes nas relações humanas. Antes da era industrial, o impacto ambiental era limitado principalmente a nível regional. Mas, com revolução industrial, no século XVIII, os efeitos sobre os desafios perante o meio ambiente cresceu excepcionalmente, passando atingir dimensões planetárias. (WRI;UICN;PNUMA, 1992)

Necessitamos encontrar um estágio de desenvolvimento sustentável que implica numa necessidade de entender as dimensões dos conflitos ecodesenvolvimentistas com o elevado consumo da sociedade. Isso requer a análise sócioecológica ampla numa perspectiva histórica. O conflito ambientais diante de sociedades complexas na era pré-industrial, início do século XVIII, foi o período que iniciou-se a perda considerável da biodiversidade mundial. A preocupação com o impacto humano sobre o meio ambiente está documentada desde a antiguidade, mas em escalas diversas.

Como observou Milton Santos (2002), a história da relação entre sociedade e natureza aconteceu por meio de uma substituição do ambiente natural para um ambiente cada vez mais artificial. Situações criadas como insustentáveis em relação a degradação humana que resultou em problemas naturais. Diante desses fatores levou por diversas vezes na história a humanidade sofrer um retrocesso quanto as condições de vida da população, colocando em risco os fatores sociais.

O sociólogo alemão Ulrich Beck (2010), apresenta em suas teorias novos aspectos quanto a insustentabilidade e risco sociais formada pela própria sociedade. Conforme Beck, vivemos num período de risco global, que gera um cenário de incertezas principalmente quanto trata-se de ações de modernização, em qual não altera-se a dinâmica das organizações sociais. No entanto, a sociedade passou por um processo de globalização muito rápido e desregulamentado na suas proporções de degradação ambiental. Isto é, criou um ambiente de risco, em que recai na ideia de insegurança.

Beck (2010), estudou os riscos das tecnologias desenvolvidas nas últimas décadas (química, nuclear, genética, etc) é o grau do nível de incerteza destes riscos diante da humanidade. O mesmo autor faz a distinção entre os riscos da sociedade industrial e os riscos da nova sociedade mundial (riscos econômicos, ambientais, tecnológicos, etc). Os problemas gerados não estão ligados apenas ao seu local de origem, mas estão sendo percebidos dentro de um efeito mundial de perda de biodiversidade gerado por esses riscos ditos da nova sociedade mundial. Há de considerar que do outro lado, o risco da



sociedade industrial, isto é, a força mortiz do capital gera decisões que passa por cima do bem coletivo, quanto ao uso dos recursos naturais.

As instituições tradicionais, como as escolas por exemplo, estão despreparadas para lidar com os novos riscos sociais. Não há regras sociais pré-estabelecidas de atribuição quanto a causalidade. Portanto, os riscos não podem ser completamente controlados por meios tecnológicos. No novo cenário mundial Beck (2010) sugere que é preciso ocorrer uma profunda democratização nas instituições científicas e sociedade civil organizada. Pois bem, entende-se que nessa nova era contemporânea do século XXI, quando há projetos desafiadores na mão de cientistas, ocorre na maioria das vezes uma hierarquização da ciência em favor do capital. O autor alerta para processo de autoritarismo científico-burocrático. Diga de passagem que esse processo é latente em nossa sociedade, principalmente no cerne das instituições de pesquisa.

Segundo Beck (2010), a sociedade de risco tem uma tendência a legitimar o totalitarismo como defesa, para justificar suas ações junto do contexto coletivo. Essas defesas vem do pretexto de impedir que os cenários de dano, que estejam ameaçando o sistema democrático, seja combatidos. O sistema político, portanto, cai sempre num mesmo dilema, de forma equivocada, de não haver riscos sistêmicos que produzam ou violem os princípios democráticos fundamentais, que não filtram uma típica reorganização de um estado de ordem.

Para superar estes mesmos dilemas é necessário aumentar os canais de qualidade de participação da sociedade civil organizada. Nesse contexto global para gerir o risco deve primeiro recuperar a confiança nas instituições, quanto as tomadas de decisão, que envolveria um outro sistema que não seja uma cultura hegemônica. Ao mesmo tempo é necessário desenvolver novas propostas para análise científica e cultural. É necessário nesse novo contexto globalizante entender os caminhos e os mecanismos de participação da sociedade civil organizada, nas quais permitam que as instituições públicas aumentem a frequência de transparência participativa, tais como: os conselhos municipais, fóruns, reuniões, seminários temáticos, sessões de discussão, oficinas, Agenda 21, palestras, leis de iniciativa popular, auditorias ambientais, planos diretores, sessões parlamentares de discussão da legislação, planejamento urbano em geral, auditorias públicas, etc. Ainda assim, o processo participativo na sua configuração, continua a ser muito limitado. A cultura política não permite uma maior participação de populares na gestão governamental. Esses processos atravancam uma organização para o bem comum de proteção as riquezas ambientais.



A Declaração do Rio, no seu décimo princípio contempla a importância do acesso à informação, a fim que a população participe de mudanças orientadas em razão da sustentabilidade. É necessário que as instituições para garantir o acesso à informação, tenham condições necessárias para o desempenho de outras possibilidades de participação ativa em defesa ambiental. O desenvolvimento de uma legislação, que garanta o acesso à informação, como alguns conselhos consultivos de unidades de conservação como no Brasil, é importante, porém, não suficiente. O componente ativo da participação é efetiva quando um cidadão faz parte de um processo de informação, porém, deve ser disciplinado para atuar elevando seu grau de conhecimento e enriquecendo sua cultura política. Por isso também é necessário proporcionar aos cidadãos um canal de desenvolvimento para a obtenção de informações significativas para o conjunto social. Está no desenvolvimento de competências a participação ativa, onde os processos socio formativo educacional têm um papel desafiador diante da sustentabilidade local.

Na sustentabilidade ativa, portanto, é quando o cidadão deve estar envolvido e comprometido com a necessidade de uma mudança. A ação criativa visa melhorar o conceito de sustentabilidade não só para o meio ambiente mas também para a questão econômica, no mais alto nível de participação. Deve-se entender que o cidadão sendo parte de um processo como também tenha acesso às informações a situação de envolvimento muda. No entanto, os níveis de informação e comunicação são os níveis necessários para produzir a participação em posição superior, como a consulta, deliberação, decisão ou ação criadora.

A sustentabilidade é um assunto complexo que envolve a correção das causas da insustentabilidade no seio da sociedade. Busca-se meios que podem corrigir um conflito sócioecológico que está presente também na história civilizatória. Hoje, essa análise é necessária porque as dimensões globais dos conflitos sócioecológicos, e as suas previsões, ainda não foram desvendadas para orientar o comportamento humano no sentido mais estrito.

Portanto, o conceito de sustentabilidade tem uma natureza semelhante aos da democracia e da justiça, por isso que esse debate democrático não pode ficar de fora. Essa posição implica, portanto, compreender a sustentabilidade como um horizonte, por meio de práticas diárias de ações cidadãs. O uso do termo sustentabilidade ativa é para referir-se a prática de uma busca complexa de atividades humanas que fazem parte, na maioria das vezes, dos conflitos socioambientais. Já o conceito de democracia ativa, segundo Beck(2010) é a prática cotidiana, qual envolve a participação consciente e



criadora do cidadão. É nessa linha que devemos entender a sociedade de risco que estamos criando diante de um progresso de civilidade, que ainda nos cabe questionar como o futuro se dará nessa nova esteira de desenvolvimento contemporâneo.

3 Elementos conceituais do problema ambiental

O sistema das relações internacionais organizada, após a Segunda Guerra Mundial, pode ser considerado com um mecanismos da engenharia política, em que, vários países, notadamente da Europa Central Oriental e no Leste e Sudeste Asiáticos, assim como, nos países periféricos do continente africano e americano, especialmente, América Latina, tentam de certo modo compreender os elementos gerais da natureza, e o envolvimento democrático da sociedade. (DAHRENDORF,1992)

A resposta para a questão da política contemporânea não pode, portanto, ser encontrada numa só palavra. A palavra democracia, descreve somente uma parte da resposta. A constituição destes elementos para Dahrendorf (1992) apontou para três elementos indispensáveis na modernidade: o governo da lei, democracia e liderança. Porém, o discurso democrático se apresentou como emblema que suscitou a emergência dos movimentos da sociedade civil, como mecanismo de controle, crítica e de protesto, ou seja, as sociedades motivadas para transformação.

As crises de estagnação dos anos de 1970 e os fenômenos que movimentaram a década de 1980, apresentaram um desconcertante quadro social, político, econômico e ambiental. A crise assume formas variadas no processo globalizante. O abalo da estabilidade keynesiana, retirou de cena a ênfase na economia e no “Conde Mercado” da era Thatcher e Reagan. (DAHRENDORF, 1992).

O novo consenso social, com a emergência de uma racionalidade *yuppie*, como forma de uma sociedade ascensional e pragmática sob a nova lógica liberal (ou neoliberal) acrescenta novas complexidades na sociedade capitalista: desemprego, pobreza e exclusão, problemas ambientais, problemas étnicos, que fez fraturar o conceito de progresso humano. Os potenciais podem descrever um “*novo contrato social*” diante de uma verdade incontestável que soou na sociedade global no final do século XX, o *revival* do sonho americano e da sociedade de consumo (Banco Mundial,2005).

Para Leis (2007) o ethos proposto pelo ambientalismo permitiu desocultar o impasse de uma sociedade onde governa a razão instrumental e igualitária dos modernos. A temática ambiental é um desafio fascinante se observamos que seu histórico deriva de uma dúbia crise no interior da sociedade moderna, com certas fraturas da crise humana.



O primeiro desmonta do thatcherismo em sua radicalidade liberal de desmonte do Estado social democrata em sociedades industriais em crise estrutural e, especialmente, no processo de aumento do desemprego estrutural com quedas tendentes na taxa média de lucro dos capitais.

O segundo resultou de um fenômeno alemão que proporcionou o surgimento da crítica ambiental, através do desapontamento com os rumos do desenvolvimento econômico e os constantes desastres no solo europeu – especialmente o uso de energia atômica. Os partidos verdes surgiram em muitos países europeus e o “Rainbow Group” no Parlamento europeu, traduzindo em movimento social qual organizou-se como partido político. (DARHENDORF, 1992)

Para Dahrendorf (1992), o movimento ambiental combinou dois conjunto de interesses no âmbito de sua formação : a) tornou-se abrigo das minorias alienadas; b) reuniu aqueles que gostariam de dissecar o sistema inteiro da classe da maioria. Os primeiros incluem movimentos sociais importantes, como: feministas, grupos marginais, homossexual.

4 O movimento ambientalista contemporâneo

O Relatório Founex (1972) estabeleceu um caminho intermediário entre o pessimismo da advertência do esgotamento dos recursos e o otimismo a respeito dos remédios da tecnologia. Há necessidade de programar estratégias ambientalmente adequadas para promover o desenvolvimento sócio-econômico equitativo ou ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável.

Conferências mundiais reconhecem que o meio ambiente e o desenvolvimento são duas faces da mesma moeda, aumentaram o conhecimento sobre a biosfera , sobre os riscos de acidentes químicos, nucleares e do aquecimento global. Há Tratados internacionais sobre o gerenciamento do meio ambiente para que sejam cumpridas metas ainda tão distantes de se chegar algum consenso como por exemplo o Protocolo de Kioto.

O surgimento da sociedade civil organizada como um terceiro sistema de poder, unindo-se ao Estado e aos poderes econômicos deve ser visto como um evento muito importante das últimas décadas (SACHS,1993). Deve-se nessa esteira apoiar junto deste movimento uma democracia genuinamente participativa em todos os níveis: local (rural e urbana), nacional e global. Agora até que ponto essa sociedade organizada não vai ficar instrumentalizada com as atividade econômicas e trabalhem a favor delas atrapalhando um desenvolvimento em defesa do meio ambiente.



Para Sachs (1993), os países do Sul, menos desenvolvidos, tornaram-se vítimas da globalização da economia mundial, enviando para o Norte, em fluxo líquido de recursos, entre 1984 a 1989, 239 bilhões de dólares (51 bi, somente em 1989). O protecionismo dos países industrializados custa 100 bilhões de dólares anuais em receitas perdidas com produtos agrícolas, além de 50 bilhões com produtos têxteis, sem contra a deterioração em termos de troca. Enquanto o Sul dá prioridade à pauta de desenvolvimento, o Norte insiste nos riscos ambientais globais, por deter mais elevado nível de consumo per capita de materiais e energia e os conseqüentes níveis de poluição.

A escolha não deve ser entre desenvolvimento e meio ambiente, mas entre formas de desenvolvimento sensíveis ao meio ambiente, o que requer maior Justiça econômica para os países em desenvolvimento, o que implica a modificação do comportamento econômico danoso ao meio ambiente e à humanidade. Um novo equilíbrio precisa ser encontrado entre todas as formas de capital - humano, natural, físico e financeiro - bem como os recursos institucionais e culturais.

O crescimento econômico não pode se dar com custos sociais e ambientais que alargam a desigualdade social e econômica. A liberalização do comércio, como ocorre, é uma “maldição” do ponto de vista do desenvolvimento sustentável. Os sistemas de contabilidade enganam a sociedade, sugerindo a separação, em duas: uma com índice sintético de bem estar líquido; outra que mantenha, em escritas separadas, as contabilidades econômica, ecológica e social.

Reivindica-se crescimento econômico, com melhor distribuição de renda e de técnicas de produção adequadas à preservação dos recursos, bem como o enterro da mão invisível (Lei da Oferta e da Procura) para consertar o meio ambiente. O fornecimento de energia e de materiais deve ser contido, tanto como fonte de recursos quanto sumidouro de resíduos, para evitar o esgotamento do capital natural. Há concordância quanto:

- **deter o consumo excessivo dos recursos**, por parte dos países industrializados, para utilização dos países pobres;
- **conciliar as metas ecológicas e econômicas** e considerar complementares o capital natural e o feito pelo homem;
- **subestimar o remédio tecnológico e iniciar o codesenvolvimento**.

Trata-se das raízes e não dos sintomas dos problemas, com uma redistribuição de bens e rendas, com um período de transição, por meio de décadas, para reduzir a



assimetria entre ricos e pobres. Agora qual o acordo de igualitário entre esses países para a proteção única de uma ordem mundial a favor do meio ambiente. Não se chegou a nenhum consenso entre os países para ter uma política única mundial, pois, muito deles consideram que essas políticas e tratados interferem na soberania do estado, mas, sabemos que a questão não é soberania de estado e sim defesa de capital e interno da empresas de grandes conglomerados.

Para Leis (2007, p.51), o questão sobre o tratamento ambiental foi o seguinte:

Na segunda metade do século XX o ambientalismo foi gradualmente constituindo-se como movimento multissetorial [...] Saindo de uma difusa fase estética, o ambientalismo foi incorporando a setores, problemas e perspectivas vindos das ciências naturais, da sociedade civil, do Estado, da economia e das religiões.

A crítica do movimento ambiental coloca no cenário internacional de uma sociedade de crescimento estagnado e desenvolvimento material caótico, problemas adicionais que formarão a nova agenda política do século XXI. Esse ciclo para Leis (2007) multiplicou e combinou visões e atores, re-significando o conjunto de visões e atores.

Ainda segundo Leis (2007, p. 51):

Desde as políticas de preservação do mico-leão até a Convenção sobre Biodiversidade, ou desde o rodízio de carros em qualquer grande cidade até a Convenção sobre Mudança Climática, a governabilidade se constrói (e se explica) muito mais a partir de uma síntese sincrética entre elementos estéticos, epistêmicos e espirituais, do que a partir das visões disciplinares da ética ou da ciência em sentido estrito. Em outras palavras, a governabilidade ambiental supõe (implícita ou explicitamente) uma crítica das relações dicotômicas e não-reversíveis entre ética e estética, entre ciência e religião, entre sociedade e natureza, assim como entre os princípios sociais de hierarquia e de igualdade.

As numerosas transformações da política mundial foram acompanhadas da emergência e do desenvolvimento do ambientalismo, especialmente destacando os resultados do modelo (in)sustentável e (ir)racional do moderno sistema produtor de mercadorias. Para Leis (2007, p. 152) estas transformações estão alicerçadas nos desafios que acompanham o processo de globalização:

- a) perda de soberania dos Estados Nacionais;
- b) a multiplicação de atores não-estatais (ONG's e corporações econômicas);



c) a disseminação de novas tecnologias de comunicação, gerando uma nova imagem e opinião pública instantânea e global.

Para Leis (2007) não é difícil reconhecer que o *mainstream* do pensamento crítico da modernidade reflete um forte racionalismo e igualitarismo antropocêntricos, que possui quase nenhuma capacidade **subversivo-descontrutiva**.

5 As dimensões do ecodesenvolvimento

No início dos anos setenta do século passado, duas correntes diametralmente opostas se confrontavam.

Segundo Sachs (1998, p.161),

Os defensores do crescimento a qualquer preço, percebendo o meio ambiente como sendo um mero capricho de burgueses ociosos, ou, um obstáculo colocado pelos países do hemisfério sul em via de desenvolvimento. No outro extremo os catastrofistas que anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, dividiam-se em duas facções: os que apregoavam o esgotamento dos recursos naturais e aqueles que anteviam como consequência da poluição excessiva.”

Para promover mecanismos que evitassem a catástrofe eminente era necessário conter o crescimento demográfico e econômico ou, pelo menos, o crescimento dos bens de consumo. As mudanças institucionais, políticas multidimensionais e redirecionamento do progresso tecnológico são consideradas por Sachas (1986) como uma estratégia para transição evitando o potencial regressivo do problema ambiental derivado de aspectos econômicos.

O mais difícil é modificar os hábitos de que a sociedade consumista tem. A distribuição progressiva da renda e de bens, em favor da maioria deserdada, exige autolimitação das minorias afluentes. O planejamento físico deve estar interligado ao planejamento social e econômico, com decisões caso-a-caso, inclusive em termos de assentamentos humanos, com a distribuição da população e problemas de migração.

Os limites do processo de crescimento e, consequentemente desenvolvimento econômico vem sendo evidenciado por critérios de sustentabilidade que induzem o planejamento voltado para o ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável. O



avanço do ecodesenvolvimento exige que cada grupo de países concentre-se em objetivos diferentes, mas é sinérgico que ultrapassa a premissa determinista de algumas áreas das ciências sociais, evidenciado pelo pragmatismo econômico vigente no contexto atual.

Partindo das cinco dimensões da sustentabilidade Guimarães (1997) dimensionou alguns critérios operacionais para a questão:

a) Sustentabilidade Planetária do Desenvolvimento – guardando relação direta com os problemas que extrapolam as fronteiras do Estado Nação, referindo-se a necessidade de reversão de processos globais de degradação ecológica e ambiental;

b) Sustentabilidade Ecológica, refere-se a base física do processo de crescimento e objetiva a conservação e uso racional do estoque de recursos naturais incorporados às atividades produtivas;

c) Sustentabilidade Ambiental, intimamente relacionada com a maturação da capacidade de carga do sistema ou ecossistema, ou seja, capacidade da natureza absorver e recuperar-se das agressões antrópicas;

d) Sustentabilidade Demográfica, revelando um aspecto da sustentabilidade ecológica e ambiental, relacionando-se com a capacidade de suporte da natureza. Inclui neste critério políticas de Estado com relação aos deslocamentos, migrações e fixação das pessoas no espaço urbano e rural;

e) Sustentabilidade Cultural, base do desenvolvimento que reside na manutenção da diversidade em seu sentido mais amplo, caracterizando o grau de integração nacional, regional, etc;

f) Sustentabilidade Social, objetiva a melhoria da qualidade de vida, estratégias de desenvolvimento socialmente sustentável, requer ainda um critério macro operacional que permita a análise de vinculações entre diferentes opções econômicas globais e suas implicações para objetivos de equidade e de superação da pobreza;

g) Sustentabilidade Política, vinculando-se ao processo de construção da cidadania e buscando garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. Sua abrangência pode ser macro, o que induz a democratização do Estado, e micro, operando a democratização da sociedade;

h) Sustentabilidade Institucional, projeta-se no próprio desenho das instituições que regulam a sociedade e a economia. São as dimensões sociais e políticas da sustentabilidade em seus conteúdos macros.



Os obstáculos para atingir os objetivos traçados no âmbito das conferências da ONU são de natureza política e institucional: má distribuição da posse e propriedade de terras; falta de reforma agrária adequada; privatização de terras comunais; exploração predatória de recursos naturais para maximizar o lucro a curto prazo.

O conceito de bem estar mundial não pode ser interpretado como compartilhamento equitativo de responsabilidades entre Norte, Sul e Leste, devido aos patamares existentes diferenciados. Além do ônus financeiro maior, o Norte tem de ceder tecnologias, como se fossem patrimônio comum da humanidade, o que não ocorre, em vista dos direitos de propriedade, exigindo, portanto, três conjuntos de medidas: a) adoção de medidas flexíveis, por parte do Norte; b) fortalecimento da capacidade de pesquisa e treinamento, por parte do Sul; c) promoção de medidas ambientalistas, com pesquisa, para controle da poluição, tratamento de resíduos, fornecimento de água, etc.

A seletividade é a palavra chave, subordinada ao ecodesenvolvimento adaptado aos contextos socioculturais e ambientais específicos de cada país. Evitar a destruição de florestas tropicais, evita a redução da biodiversidade, consequências hidrológicas e climáticas adversas.

O não desenvolvimento não é solução para o mau desenvolvimento, de modo que a medida não é transformar terras em reservas ecológicas, mas investir nos recursos renováveis, exploração integrada de alimentos, energia e outros bens, valorização de recursos aquáticos marinhos e internos, produção de biomassa e manejo do ambiente urbano, reabilitação de áreas devastadas e fortalecimento institucional das capacidades locais para pesquisa e treinamento. O ecodesenvolvimento necessita de uma outra dinâmica de produção ao modo de poder conter uma reação mais devastadora da natureza.

6 Os resultados das conferências ambientais

Em 1984 o World Watch Institut dos EUA publicou o relatório sobre o estado da terra. A consciência da crise ganhou expressão em 1972 com o relatório do Clube de Roma, articulações de indústrias, políticos e cientistas de varias áreas para estudarem as interdependências das nações e a complexidade das sociedades contemporâneas. Como também a natureza com o objetivo de desenvolverem uma visão sistêmica dos problemas por meio de novos meios de ação política para determinar solução. Na Eco-92 foram tratadas somente questões ambientais; biodiversidade e clima. Percebeu-se a necessidade de uma abordagem entre os temas de economia e meio ambiente.



Desde COP 04 - Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica – CDB, são apresentada em cada edição do encontro relatórios completos sobre a devastação que geram graves perturbações no ecossistema. Desde de 2000 a Nações Unidas vem monitorando de forma global cobertura vegetal da terra e conclui-se que ocorreu destruição de 6 milhões de hectares de floresta anual. No Caribe, a cobertura Média de Corais duros decresceu de 50% para 10% nas três últimas décadas. Em outras partes do mundo ocorreu 35% de perda de manguezais. Essas poderiam ser causas indiretas, como o crescimento da humanidade, o aumento da demanda por produtos florestais e marinhos, e, a distribuição desigual de terras. Mas, o grande problema é a política global que força conflitos na área econômica, qual atinge diretamente o ecossistema.

Na Rio+20 o documento “o Futuro é nosso” tratou sobre a complexidade referente aos limites planetários que já estão ultrapassados. Esses resultados poderiam ter sido melhor avaliado nesta conferência em junho de 2012, que marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Rio-92). Esse encontro foi aprovado pela 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2009. A conferência teve dois momentos entre os dias 16 e 19 de junho, programação com a sociedade civil – ONG’s. E de 20 a 22 de junho, ocorreu o Segmento de Alto Nível da Conferência, para o qual estiveram 118 Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas, para avaliação das questões socioambientais quantos aos avanços e retrocessos. Os autores desse trabalho estiveram lá para conferir esses resultados na condição de jornalista. O que esteve em jogo em todo esse processo foi a:

- A **gravidade da extinção de espécies e da alteração irreversível de ecossistemas**. Quando analisada da perspectiva da sucessão ecológica, a ação humana no ambiente pode ser reavaliada com critérios embasados em outros referenciais de tempo. Nossa espécie, recente na Terra, conseguiu no curto espaço da sua existência provocar alterações para as quais a reconstituição natural pode demorar tanto, que ela própria corre o risco de ser extinta. O que possibilita a sobrevivência ou não de um conjunto de populações são as diferentes formas de interação entre os seres vivos. Para entender as possíveis consequências ecológicas de ações como a utilização de determinados praguicidas, ou técnicas pesqueiras de grande porte que eliminam grande número de peixes ou até espécies, alterando drasticamente o ecossistema, é importante compreender em



que condições biológicas a vida ocorre. Em qualquer ecossistema a sobrevivência depende do equilíbrio entre os diferentes grupos que nele convivem, assim como das alterações físicas produzidas por esses grupos nesse espaço. É esse conjunto de interações que vai possibilitar a preservação ou a extinção de determinada espécie, ou, ainda, que essa bagagem genética seja transmitida ou não.

• **Alterações nos fluxos naturais em situações concretas.** É possível melhorar a percepção do nível das intervenções, quando se verifica que o ritmo natural dos fluxos no ambiente foi mudado em função de necessidades humanas. A intensa utilização de matéria-prima, de fontes de energia, enfim, dos vários recursos naturais muitas vezes implica no seu esgotamento. A contextualização dessas situações concretas, envolvem diferentes fatores e as próprias formas de alteração causadas pelo homem, em meio a conflitos de interesses, situados no espaço e no tempo. Isso é importante porque eles são diferentes numa área mais conservada, onde há maior umidade e maior atividade fotossintética, pela maior presença de vegetais, do que numa área urbana, onde, normalmente, a condição de cobertura vegetal, o microclima, as demais condições físicas e as atividades humanas são outras.

O comportamento de certos fenômenos naturais está condicionado por múltiplas variáveis, dificultando o conhecimento sobre o funcionamento dos diversos ambientes. Locais diferentes, por exemplo, com mesmo tipo de solo e mesmo clima, podem apresentar cobertura vegetal distinta, e as explicações que servem para um não servem para o outro. Outro exemplo se refere ao conhecimento das formas de aproveitamento e utilização da água pelos diferentes grupos humanos. A compreensão da interferência dos fatores físicos e socio-econômicos nas relações entre ecossistemas, a construção da noção de bacia hidrográfica e a situação do sistema de drenagem, condições de relevo e áreas verdes, o conhecimento das condições de vida nos oceanos e sua relação com a qualidade da água dos rios permite entender a complexidade da questão da água e sua historicidade - a necessidade desse recurso para a vida em geral e os processos vitais mais importantes dos quais ela faz parte.

A ação antrópica e a conseqüente tendência de escassez de água em quantidade e qualidade suficiente para o uso humano merece destaque. As alterações provocadas podem prejudicar a reciclagem natural por processos irreversíveis de degradação, tanto



na agricultura como nos espaços urbanos. Isso afeta a vida das sociedades que utilizam os recursos dos rios, do mar e dos ecossistemas relacionados a eles.

6.1 Ações estratégicas para manutenção ambiental

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com o apoio da ONU e de diversas organizações não-governamentais, propôs, em 1991, princípios, ações e estratégias para a construção de uma sociedade sustentável. Na formulação dessa proposta emprega-se a palavra “sustentável” em diversas expressões: desenvolvimento sustentável, economia sustentável, sociedade sustentável e uso sustentável. Parte-se do princípio de que “se uma atividade é sustentável, para todos os fins práticos ela pode continuar indefinidamente. Contudo, não pode haver garantia de sustentabilidade a longo prazo porque muitos fatores são desconhecidos ou imprevisíveis”.

Diante disso, propõe-se que as ações humanas ocorram dentro das técnicas e princípios conservação, estudando seus efeitos para que se aprenda rapidamente com os erros. Esse processo exige monitorização das decisões, avaliação e redirecionamento da ação. E muito estudo. Portanto, traz implicações e responsabilidades para as sociedades que podem contribuir para o mesmo processo. Uma sociedade sustentável, segundo o mesmo Programa, é aquela que vive em harmonia com nove princípios interligados apresentados a seguir:

- **Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos** (princípio fundamental). Trata-se de um princípio ético que “reflete o dever de nos preocuparmos com as outras pessoas e outras formas de vida, agora e no futuro”.
- **Melhorar a qualidade da vida humana** (critério de sustentabilidade). Esse é o verdadeiro objetivo do desenvolvimento, ao qual o crescimento econômico deve estar sujeito: permitir aos seres humanos “perceber o seu potencial, obter autoconfiança e uma vida plena de dignidade e satisfação”.
- **Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra** (critério de sustentabilidade). O desenvolvimento deve ser tal que garanta a proteção “da estrutura, das funções e da diversidade dos sistemas naturais do Planeta, dos quais temos absoluta dependência”.
- **Minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis** (critério de sustentabilidade). São recursos como os minérios, petróleo, gás, carvão mineral.



Não podem ser usados de maneira “sustentável” porque não são renováveis, pelo menos na escala de tempo humana. Mas podem ser retirados de modo a reduzir perdas e principalmente minimizar o impacto ambiental. Devem ser usados de modo a “ter sua vida prolongada como, por exemplo, por meio de reciclagem, pela utilização de menor quantidade na obtenção de produtos, ou pela substituição por recursos renováveis, quando possível”.

- **Permanecer nos limites de capacidade de suporte do planeta Terra** (critério de sustentabilidade). Não se pode ter uma definição exata, por enquanto, mas sem dúvida há limites para os impactos que os ecossistemas e a biosfera como um todo podem suportar sem provocar uma destruição arriscada. Isso varia de região para região. Poucas pessoas consumindo muito podem causar tanta destruição quanto muitas pessoas consumindo pouco. Devem-se adotar políticas que desenvolvam técnicas adequadas e tragam equilíbrio entre a capacidade da natureza e as necessidades de uso pelas pessoas.

- **Modificar atitudes e práticas pessoais** (meio para se chegar à sustentabilidade). “Para adotar a ética de se viver sustentavelmente, as pessoas devem reexaminar os seus valores e alterar o seu comportamento. A sociedade deve promover atitudes que apóiem a nova ética e desfavoreçam aqueles que não se coadunem com o modo de vida sustentável.”

- **Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente** (meio para se chegar à sustentabilidade). É nas comunidades que os indivíduos desenvolvem a maioria das atividades produtivas e criativas. E constituem o meio mais acessível para a manifestação de opiniões e tomada de decisões sobre iniciativas e situações que as afetam.

- **Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação** (meio de chegar à sustentabilidade). A estrutura deve garantir “uma base de informação e de conhecimento, leis e instituições, políticas econômicas e sociais coerentes”. A estrutura deve ser flexível e considerar cada região, centrado nas pessoas e nos fatores sociais, econômicos, técnicos e políticos que influem na sustentabilidade dos processos de geração e distribuição de riqueza e bem-estar.

- **Constituir uma aliança global** (meio para se chegar à sustentabilidade). Hoje, mais do que antes, a sustentabilidade do planeta depende da confluência das ações de todos os países, de todos os povos. As grandes desigualdades entre ricos e pobres são prejudiciais a todos. A ética do cuidado com a Terra aplica-se em todos os níveis, internacional, nacional e individual. Todas as nações só têm a



ganhar com a sustentabilidade mundial e todas estão ameaçadas caso não a consigamos.

6.2 Um olhar sobre a Rio+20

Entendeu-se que a última seção da Rio +20 entre os Estados-Membros das Nações Unidas foi intensa, porque começou no dia 13 e finalizou na manhã 22 de Junho. Novamente foi colocado em pauta temas já discutidos anteriormente sobre o Relatório da Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável com o título: “O futuro que queremos !” Este documento é importante para a humanidade, na qual constitui todo um processo para o desenvolvimento sustentável, como sabemos: a Eco-92, Rio +5, Rio +10, são trazidos a tona metas e objetivos, que hoje é um vasto documento que não avançou na Rio+20. Esse de fato é um roteiro da humanidade em termos de desenvolvimento sustentável.

O atual texto inclui uma série de eventos inovadores, à luz dos tempos modernos. Procura trazer o passado e se complementar com o presente. As grandes discussões começam com uma visão comum, qual vem reafirmar os princípios de Estocolmo, Rio, Johannesburg, junto de planos da ação que foram gerados no processo global de desenvolvimento sustentável, que vem se desenvolvendo por meio de papel dos grupos principais e outras partes interessadas.

Há também substâncias e compromissos sobre a economia verde e a erradicação da pobreza no contexto do papel dessas mega conferências. Outro tema de interesse no documento é referido ao quadro institucional para o desenvolvimento quanto a sobrevivência do Planeta Terra, no sentido de garantir a coerência e eficácia com a interdependência dos três pilares: social, ambiental e econômico.

O importante foi firmar uma interlocução para a governança no nível local, regional, nacional e internacional. Para demais é necessário clarificação do papel e funções da Assembléia Geral, Conselho Econômico e Social, Comissão de Desenvolvimento Sustentável, o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e outras agências das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável.

Para demais é necessário conter um plano geral de ação em várias áreas: segurança alimentar e agricultura sustentável, água e saneamento, energia, turismo, transporte sustentável, cidades sustentáveis e assentamentos, saúde e população, os oceanos e mares; redução risco de desastres, mudanças climáticas, florestas, biodiversidade, desertificação, degradação dos solos, resíduos sólidos e produtos



químicos, consumo e produção sustentáveis, mineração, educação equidade de gênero e empoderamento das mulheres. Todos esses temas foram debatidos na Rio+20 e inúmeras vezes foi jogado ao vento, sem uma política global de compartilhamento dos problemas.

Nos discursos dos chefes de Estado não foram apresentados os meios de implementação e execução e financiamento. O que muitos países pobres perguntam como devem ser gerados os recursos para inovação de tecnologia e desenvolvimento socioambiental? Outra preocupação é a capacitação e o comércio, entre outros temas.

Milhares de participantes colocaram durante nove dias da Rio+20 entre as 500 atividades entre palestras e apresentações nas dependências da Rio+20, no qual incluíam crianças, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, organizações não-governamentais, ministros, embaixadores, funcionários do governo. Depois de tantos debates e poucos resultados o plenário funcionou apenas com um instrumento de solenidade. Esse trabalho é um esforço para as gerações atuais garantir uma melhor qualidade de vida e bem-estar para todos e para todas as gerações futuras, que devem herdar um mundo de paz e felicidade.

Os chefes de Estado perderam a oportunidade de criar uma nova trajetória no sentido de salvar o planeta da grande crise que vivemos socioecológica que vivemos. O que falta entre as ações diretas é a colocar como meta a prosperidade e do direito à felicidade, que serve como paradigma de todos os homens de boa vontade. A Rio+20 não saiu com boas tratativas, mas deixou um legado.

7 Posição geral dos atores da Rio+20

7.1 Comunidade científicas

O problema é a Governança Global:

- a) A conferência deveria servir para pressionar os governos, no sentido de apoiarem o desenvolvimento sustentável. Entendo que esse deveriam dar subsídios para a gestão global dos recursos naturais para combater a pesca predatória, pois, ainda determinados países continuam fazendo a exploração predatória. Ressaltando que pequenas comunidades dependem da pesca. Quando esta se faz de forma predatória atinge drasticamente, no qual as mudanças climáticas também interferem. Os governos devem evitar que plástico, lixo, esgoto cheguem aos oceanos. Implementando mecanismos econômicos para possa garantir que as comunidades locais não sejam atingidas;

- 
- b) Os oceanos é a base da economia, porque usam os recursos da natureza. E os governos devem prestar contas das mudanças significativas usando os recursos com sabedoria, porque não herdamos a natureza de nossos pais e sim pegamos emprestado de nossos filhos.

7.2 O corpo diplomático

a) André Correa de Lago – Diretor do Departamento de Energia do Ministério das Relações. Exteriores

“(...)não temos que tratar o ambiente de forma isolada, temos que pensar em integrar e equilibrar os três pilares ambiental, social e o econômico. Mudar os padrões sustentáveis de produção e consumo. Implementar os meios tecnológicos com esforços da comunidade global para erradicar a pobreza”. ***(Coletiva de imprensa no dia 19/06/2012, às 18h, no Riocentro – Rio de Janeiro)***

b) Luiz Alberto Figueiredo – Embaixador e negociador-chefe do Itamaraty

“(...) O texto traz avanços e um deles é a participação da sociedade civil que foi maior do que a de ECO-92. Amplia a interfase entre ciência e a política. O propósito é criar um programa de fortalecimento regional, para que os países tenham maior auxílio na implementação do desenvolvimento sustentável. ***(Coletiva de imprensa no dia 19/06/2012, às 18h, no Riocentro – Rio de Janeiro)***

c) Maria Luiza Ribeiro Viotti – Embaixadora brasileira nas Nações Unidas

“As metas do desenvolvimento sustentável não são diferentes para os países desenvolvidos e os não desenvolvidos e sim são iguais. A crise dos países do norte afetou áreas de financiamento e segurou as negociações. Para poder criar confiança dos Países foi criado um fundo para assegurar o processo do desenvolvimento sustentável. O conjunto de objetivos para o próximo milênio é no plano internacional e é rico em potencialidades.; segurança alimentar, cidades



sustentáveis e outros temas.” **(Coletiva de imprensa no dia 19/06/2012, às 18h, no Riocentro – Rio de Janeiro)**

d) Ministra do Meio Ambiente Isabele Teixeira

O sistema não dá conta de enfrentar os problemas sócio-ambientais. É necessário fazer economia verde produzir sem poluir investir em fontes de energia renováveis e diminuir os incentivos a fontes de energia fósseis. Fortalecer o PNUMA e mudar os indicadores econômicos como o PIB (Produto interno Bruto) pelo IDH (Índice de desenvolvimento Humano) porque não dá conta de quantificar os custos ambientais. **(Coletiva de imprensa no dia 19/06/2012, às 18h, no Riocentro – Rio de Janeiro)**

7 Considerações Finais

Enquanto a população humana era proporcionalmente pequena, as alterações ambientais provocadas por técnicas inadequadas de manejo tinham dimensão regional e, na maioria das vezes, provocavam danos reversíveis. Entretanto, o crescimento populacional e a industrialização multiplicaram em muitas vezes o poder de ação humana. Mesmo assim, o critério de sustentabilidade não tem sido suficientemente utilizado. Como consequência, a grande maioria das interferências tem se mostrado extremamente danosa para a manutenção do equilíbrio ambiental e para a sobrevivência dos seres humanos. Dentre as diversas ações dessa natureza, podem-se citar as atividades industriais poluidoras, a mineração, as atividades agropecuárias que praticam o uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos etc. São esses fatores que trazem sérias consequências para o ambiente, como as formas perceptíveis e imperceptíveis de poluição do ar, do solo, da água e sonora.

A sustentabilidade pressupõe um comprometimento com a qualidade ambiental e com a gestão adequada do desenvolvimento econômico; a compreensão de que desgastes ambientais interligam-se uns aos outros e de que problemas econômicos e ambientais estão relacionados a muitos fatores políticos e sociais. A compatibilização entre a utilização dos recursos naturais e a conservação do Meio Ambiente, apesar de hoje existem poucas experiências de públicas globais compartilhada entre países, pois, esse deveria ser um compromisso da humanidade e classe diplomática.

O maior exemplo na atualidade é o crescimento desordenado das cidades chinesas, que já vem causando sérios prejuízos de saúde para a população e situações



de poluição extrema em alguns pontos do país, afetando a qualidade do ar da Ásia. Também devemos nos voltar para o problema das queimadas na Amazônia, no cerrado, na zona costeira, caatinga que tem se tornado um assunto de interesse internacional, pela importância dessa Região para o equilíbrio climático mundial.

Poucos avanços acontecem no campo diplomático, quanto a maior cobrança dos países poluidores e sanções. Segundo a grande mídia europeia a penúltima Conferência das Partes, que aconteceu em Nogoya no Japão em outubro de 2010, as metas foi timidamente alcançadas. Os delegados 192 países presentes no encontro superaram alguns impasses que vinha sendo discutidos há 18 anos. Um desses acordos foi sobre a meta para terminar com a sobrepesca e outra para proteger 10% das áreas marinhas e costeiras, inclusive em alto mar. O principal consenso foi sobre os três principais eixos: Plano Estratégico, protocolo de acesso e repartição de benefícios dos recursos genéticos da biodiversidade e estratégia de mobilização de recursos financeiros. Na Rio+20 esse temas não avançaram no tratado de nº 162 do documento sobre as questões dos Oceanos.

O Brasil contribuiu com a causa colocando alguns temas como prioridade que deram origem a este grupo de trabalho sobre os Oceanos. Uma nota lançada na Rio+20 pela aliança de Alto Mar e Coalizão pela proteção do Mar Profundo pediu um tratado internacional para proteger os altos mares, que estão fora da jurisdição nacional. Um dos opositores sobre a questão dos Oceanos nos documentos emitidos foi Philip Cousteau, que fez severas críticas sobre a exploração de pescado mundial. Segundo ele os Estados Unidos ainda resistem uma vez que nos últimos anos a situação dos mares vem se degradando pela sobrepesca, poluição com plásticos, acidificação. Agora questões de punição para países poluidores não avançou e muitas metas acordadas não foram efetivadas. Nesse sentido estamos colocando toda humanidade diante de um conceito de sociedade de risco. Até quando os impasses diplomaticos vão travar para diminuir a poluição do planeta?

A sociedade civil organizada teve voz e apresentou propostas para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), mas as proposta não valeram de nada para o documento oficial aprovado na plenária final. A participação foi apenas figurativa. Os representantes da Ong's se mostraram "frustrados" com o texto aprovado pelas delegações governamentais na Rio+20.



8 Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2005: Um melhor clima de investimentos para todos**. São Paulo: Editora Singular, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

BECK, ULRICH.(tradutor NASCIMENTO, SEBASTIAO). **Sociedade De Risco - Rumo A Uma Outra Modernidade**.1º ed. São Paulo: EDITORA 34, 2010

_____. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego , Estado e o Futuro do Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

GOMEZ, José Maria. **Política e Democracia em Tempos de Globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEIS, Hector Ricardo. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Disponível em [<http://www.ambiental.net/coscoroba>]. Acesso em maio de 2007.

SANTOS, Milton. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo : Publifolha, 2002

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundap, 1993.

VIEIRA, Paulo Freire *et. all*. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre,RS: APED, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

-DEGRAVAÇÃO

- **Coletiva de imprensa no dia 19/06/2012, às 18h, no Riocentro – Rio de Janeiro, realizado por** Isabele Teixeira, Maria Luiza Ribeiro Viotti, Luiz Alberto Figueiredo e André Correa de Lago.